



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

SUFRAMA 46 ANOS

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

A CRITICA sim & não	1
OPINIÃO	
A CRITICA Codam discute baixa atração de indústrias.....	2
ECONOMIA	
A CRITICA Codam discute baixa atração de indústrias (continuação)	3
ECONOMIA	
A CRITICA Suframa 46 Anos	4
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Suframa 46 Anos (continuação).....	5
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Editorial	6
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA ZFM: sucesso e futuro cada vez mais promissor	7
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Zona & Franca	8
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA CAS: 300 milhões na pauta	9
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA A prorrogação da ZFM emperrou, por quê?	10
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA A prorrogação da ZFM emperrou, por quê? (continuação).....	11
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Modelo está preservando na minirreforma fiscal	12
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Modelo está preservando na minirreforma fiscal (continuação).....	13
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Modelo está preservando na minirreforma fiscal (continuação).....	14
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA ZFM prosa & verso	15
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Artigo	16
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Obra sobre modelo no Itunes	17
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Potencial hidroviário até agora mal aproveitado	18
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA Potencial hidroviário até agora mal aproveitado (continuação)	19
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	

A CRITICA	
Potencial hidroviário até agora mal aproveitado (continuação)	20
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Nau seguirá seu rumo!	21
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
LER é o nome da vilã	22
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
LER é o nome da vilã (continuação)	23
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
LER é o nome da vilã (continuação)	24
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Um modelo com muitas deficiências estruturais	25
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Zona Franca aos olhos da população local	26
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Comércio reclama apoio da Suframa	27
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Torneira foi fechada.....	28
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Torneira foi fechada (continuação)	29
ESPECIAL SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Do coração da Amazônia para o dia a dia do Brasil.	30
PUBLICAÇÕES SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
Coca - Cola.....	31
PUBLICAÇÕES SUFRAMA 46 ANOS	
A CRITICA	
HONDA.....	32
PUBLICAÇÕES SUFRAMA 46 ANOS	

sim & não

Procura-se O titular da Suframa, Thomaz Nogueira, está à procura de um superintendente de administração. Arnóbio Mota, técnico da Sefaz por quem lutou para ter em sua equipe, decidiu voltar para a Fazenda estadual.

Cerco Arnóbio não foi o único desfalque na equipe de Thomaz. Ele também perdeu o controlador da Suframa Arnaldo Flores. Ele não resistiu ao cerco do titular da Semef, Ulisses Tapajós, que montou acampamento na Suframa para levar o servidor para a controladoria do Município.

Codam discute baixa atração de indústrias



Em sua primeira reunião do ano, conselheiros do Codam aprovaram 22 projetos industriais que somam R\$ 225 milhões

Conselheiros reclamaram de redução no nível de projetos, empregos e dependência econômica do polo industrial

CINTHIA GUIMARÃES
cintniaguimaraes@critica.com.br

Os rumos da economia do Estado, os problemas da indústria e baixa atração de empregos ficaram em evidência durante a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam), onde foram aprovados 22 projetos industriais que somam R\$ 225 milhões em investimentos.

A reunião ocorreu na véspera em que se comemora os 46 anos do modelo Zona Franca de Manaus, que será tratado hoje, às 9h, na reunião do Conselho de Administração da Suframa (ver caderno especial).

O número de projetos industriais aprovados na primeira reunião do ano reduziu 15% comparado ao mesmo período de 2013 (de 26 para 22 projetos), e 10% no período de 2012 para 2011 (de 29 para 26 projetos).

O superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, observou o cenário com otimismo,

afirmando que mostrará dados na reunião do CAS de que o Polo Industrial de Manaus (PIM) terá um desempenho melhor em 2013 do que teve no ano passado. "Vejo o copo meio cheio e não meio vazio. O ano de 2012 foi difícil para a economia mundial. Mas não podemos ficar parados e devemos construir pontes para o futuro. Há razões concretas para sermos otimistas. Devemos distinguir quais são as questões estruturais e quais são as questões de conjuntura".

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, ressaltou os prejuízos das importações a produção da indústria nacional. "Se você ver, a curva da importação cresce mais que a produção nacional em todos os segmentos. Tudo que exportamos são insumos primários, nada de valor agregado", criticou.

DIVERSIFICAÇÃO
Presente na ocasião, o secretário de Produção Rural do Esta-

do, Eron Bezerra, criticou a dependência econômica da indústria na geração de empregos e na receita do Estado. "Quanto mais se desenvolver, menos emprego ela vai gerar por causa do incremento tecnológico. Essa é a lógica, não adianta discutir. O que devemos fazer é expandir a base tecnológica do Estado".

Eron sugeriu que na próxima reunião do Codam se discuta oportunidades de negócios no setor primário. "Podemos atrair fábricas de ração, de fertilizantes, agroindústrias de laticínios, maquinário agrícola. Criamos a âncora técnica do projeto. O Estado precisa abrir esse debate. Precisamos entender que a nossa economia deve ser diversificada. Se a Zona Franca for um esteio no meio do deserto ela vai ser sempre atacada", disse.

Os números confirmam isso. A indústria representa sozinha 50% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo que significa 95% da Receita do Estado do Amazonas.

Blog

“ Eron Bezerra Secretário de Produção Rural do Estado ”

“Grau de ignorância razoável e uma limitação profunda de confundir a Zona Franca de Manaus com eletroeletrônico, que é um ramo da atividade. Como industrializamos bens locais, somos dependentes. Nossa dependência reduzirá quando, na medida do possível, passemos a produzir matéria-prima local. Eu monto um televisor aqui ou em Cingapura. Agora eu não posso fazer bacalhau da Amazônia sem ser na Amazônia, com pirarucu manejado. A medida que eu di-



versificar a planta industrial da Zona Franca, eu consolido o modelo de maneira perene. Eu não tenho nenhuma dúvida que a Zona Franca será perene. Agora precisamos investir em outros setores da economia”.

Saiba mais

>> Decreto

O secretário da Sefaz, Afonso Lobo, propôs durante a reunião do Codam assinar o decreto de aprovação dos projetos após o término do evento, como forma de reduzir o tempo que eles ficam esperando ser despachados. O assunto foi puxado pelo Cieam, como forma de dar celeridade na publicação dos decretos concessivos na Imprensa Oficial, para que as empresas iniciem seus processos fabris o quanto antes, uma vez aprovados. Lobo disse que é esse o procedimento adotado nas reuniões do Confaz.

Codam discute baixa atração de indústrias (continuação)

Investimentos de R\$ 225 mi

Foram aprovados projetos de empresas dos setores de eletroeletrônicos, naval e de componentes

Os 22 projetos relacionados na pauta da 243ª reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) foram aprovados na íntegra ontem. Entre eles estão a Unicoba para a fabricação de lâmpadas LED, terminal de atendimento bancário, máquina para selecio-

nar cédulas, câmeras fotográficas e receptor de sinal de televisão via satélite a partir de investimentos totais de R\$ 89 milhões; e da Philco para a produção de condicionadores de ar com recursos de R\$ 32 milhões. No polo naval A Silva e Campos LTDA ganhou incentivos fiscais

para fabricar balsas e a M.C. Goulart para fabricar embarcação de alumínio.

Na pauta constava 8 projetos de implantação, 11 de diversificação e 3 de atualização. Foram 11 projetos de bens finais e 11 de bens intermediários.

No final de três anos, período

de maturação, as empresas com projetos aprovados devem gerar 916 empregos.

Presidida pelo secretário de estado de Planejamento Airton Claudino, participaram também da reunião o superintendente da Suframa, Thomas Nogueira, o secretário de Estado

Busca rápida



Balanco de investimentos

O balanço do conselho no ano passado, aponta investimentos da ordem de R\$ 11,326 bilhões, com projeção de criação de 11.892 vagas em três anos. O Codam concede incentivos do ICMS para quem deseja investir no Amazonas.

de Fazenda, Afonso Lobo, além de representantes de entidades de classe dos trabalhadores e dos setores produtivos.

Os investimentos aprovados via Codam em 2012 na ordem de R\$ 11,3 bilhões são mais do dobro do total registrado em 2011, quando foram aprovados um total de R\$ 5,407 bilhões em investimentos distribuídos em 214 projetos industriais, com previsão de geração de 11.750 postos de trabalho. Em 2011, foram aprovados 226 projetos com um volume de R\$ 4,682 bilhões e 16.985 empregos.

Suframa 46 Anos



Suframa 46 Anos (continuação)

Prorrogação emperrou...

p.4 Projeto que dispõe sobre a prorrogação e a extensão dos incentivos fiscais da ZFM está parado no Congresso Nacional.



Pauta com 33 projetos



p.06 Reunião do CAS aprecia R\$ 300 milhões.

Potencial hidroviário



p.09 Região não aproveita bem os rios que possui.

LER: doença silenciosa



p.11 Operários do PIM convivem com o problema.

Editorial

ALINHAVANDO PALAVRAS DO MINISTRO

Instituída pelo Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1968, a Zona Franca de Manaus completa hoje 46 anos. Haverá, evidentemente, festa para comemorar essa importante data, cujo ponto alto será 261.^a reunião do Conselho de Administração da Suframa, autarquia gestora do modelo. A propósito, a Suframa está sob o guarda chuva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o MDIC, cujo titular é Fernando Pimentel, o qual não veio apagar as velas da aniversariante. Não é a primeira vez que isso acontece. Ele assumiu a pasta há dois anos e, nesse período, ainda não fez uma visitinha à ZFM.

Antevendo essa possibilidade, antecipamos para que dele pudéssemos ter uma palavra

sobre o modelo neste dia especial. Uma entrevista teria atendido melhor aos nossos anseios jornalísticos. Isso implicaria uma conversa olhando nos olhos do ministro, cuja agenda nem sempre permite esse tipo de contato. Optamos, então, por encomendar dele, por meio de sua assessoria de imprensa, um artigo sobre a ZFM, pedindo que o documento nos fosse enviado até o dia 22 deste mês. O artigo veio com um dia de antecedência. Enfim, o ministro falou sobre a ZFM. Como nosso objetivo era arrancar dele uma manifestação sobre o modelo, deixamo-lo à vontade para fazer a abordagem que quisesse. Pimentel, claro, fez aquilo que qualquer um na posição dele faria: pintou um quadro altamente favorável à ZFM, destacando

números relativos às empresas instaladas no Polo de Manaus (aproximadamente 600), ao faturamento (R\$ 73 bilhões em 2012) e aos empregos gerados (120 mil) por elas. Por trás desses números favoráveis, na leitura do ministro, podem-se ver os efeitos positivos das ações do Plano Brasil Maior, que fortaleceram a indústria e permitiram um ano de recordes na produção de televisores, aparelhos telefônicos, bicicletas, condicionador de ar split, celulares, tablets e videogames. Isso mesmo! O ministro tem razão, inclusive quando diz que a reformulação e a atualização dos Processos Produtivos Básicos, os PPBs, estão contribuindo para fortalecer o modelo. O PPB, diga-se de passagem, não é o único assunto

“problemático” a ser equacionado na ZFM. Nenhuma palavra foi escrita por Pimentel sobre a prorrogação da ZFM, emperrada há dois anos no Congresso Nacional; nada sobre contingenciamento dos recursos da Suframa, atitude que impôs à autarquia uma espécie de perrenque financeiro; silêncio sobre a peleja: respeito da definição da personalidade jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia, o CBA; em relação aos problemas de infraestrutura e logística, mais silêncio, verificado também no tange à questão tributária, um sonho materializado que, com passar dos anos, virou um pesadelo para a ZFM. Nós, ao contrário, colocamos o dedo nessas questões. Afinal, embora o dia seja de festa, nem tudo são maravilhas na ZFM.

ZFM: sucesso e futuro cada vez mais promissor

"Ao fechar 2012 com um faturamento de R\$ 73 bilhões e crescimento de 6,39% em relação ao ano anterior, o Polo Industrial de Manaus (PIM), sob a coordenação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), confirma sua posição de destaque na economia brasileira. A despeito da crise econômica internacional e das dificuldades enfrentadas por alguns segmentos, como o de duas rodas, as aproximadamente 600 empresas instaladas na região foram responsáveis pela geração de mais de 120 mil empregos, a maior quantidade já registrada em sua história".

A declaração é do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Fernando Pimentel, o qual foi provocado pelo A CRÍTICA a escrever um texto a respeito daquilo que pensa sobre a Zona Franca de Manaus, modelo que hoje completa 46 anos.

Para o ministro, "os números expressivos confirmam o acerto das medidas do Plano Brasil Maior colocadas em prática nos últimos meses para fortalecimento da indústria e que permitiram um ano de recordes na produção de televisores, aparelhos telefônicos, bicicletas, *split's*, celulares, *tablets* e videogames. O grande destaque no ano foi o setor de bens de informática, que cresceu 26% em 2012, frente ao ano anterior, passando a representar 11,6% de todo o faturamento do Polo Industrial", afirma Pimentel.

Segundo ele, os bens de informática produzidos na Zona Franca de Manaus podem ser encontrados em todas as regiões do Brasil e ainda são exportados para diversos países - as vendas externas do Estado do Amazonas chegaram a aproximadamente US\$ 1 bilhão em 2012. "Os principais produtos exportados foram

“ Os números expressivos obtidos pela Zona Franca de Manaus em 2012 confirmam o acerto das medidas do Plano Brasil Maior ”

“ Os desafios são grandes, mas os resultados positivos de 2012, porém, nos dão a garantia de que estamos no caminho certo ”

preparação para elaboração de bebidas, motocicletas, telefones celulares, aparelhos e lâminas de barbear", destacou.

Para o ministro, que não veio a Manaus participar da solenidade de comemoração dos 46 anos da Zona Franca de Manaus, o papel desempenhado pela Suframa no que tange ao modelo ZFM tem sido fundamental nesse processo de crescimento e divulgação do Polo Industrial. "Vinculada ao Mi-

nistério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a autarquia vem contribuindo para promover e identificar oportunidades na região, além de participar de feiras e realizar eventos como a Feira Internacional da Amazô-

nia (FIAM), com o objetivo de atrair investimentos", ressaltou Pimentel.

O ministro destacou, ainda, que as ações desenvolvidas pela Suframa refletem a política do governo brasileiro para desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, com respeito à sustentabilidade. "Buscamos a geração de empregos e a melhora da qualidade de vida da população local a partir de investimentos que incentivem

a inovação e a capacitação científica e tecnológica, mas que respeitem e preservem a floresta", disse Pimentel, o qual fez questão de conectar os efeitos positivos do Plano Brasil Maior, lançado em 2011, sobre o modelo ZFM. "Lançado em 2011, o Plano Brasil Maior teve impacto positivamente sobre o modelo Zona Franca de Manaus. As empresas da região foram beneficiadas com medidas de desoneração tributária, financiamento e garantias das exportações, defesa comercial, incentivos à cadeia produtiva e estímulos ao investimento e à inovação", asseverou.

Outro aspecto levado em conta por Pimentel, ao discorrer sobre a ZFM, diz respeito à reformulação e atualização de Processos Produtivos Básicos (PPBs), assegurando que essa medida também vem contribuindo para facilitar a ação das empresas que investem na região, com benefícios tributários. "Outras medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo que já foram ou estão sendo implantadas são a redução da taxa de juros, a redução do custo de energia elétrica e os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)", pontuou o ministro.

Por fim, Pimentel assegurou que não basta o que já foi feito pelo fortalecimento da ZFM, que demanda atenção constante no que tange aos desafios externos e internos. "Muito tem sido feito, mas precisamos continuar atentos. Além dos desafios impostos pela crise econômica mundial, há problemas localizados, em segmentos importantes afetados pela competitividade pela verticalização e pela evolução tecnológica. Os resultados positivos de 2012, porém, nos dão a garantia de que estamos no caminho certo", afirmou Pimentel.



Zona & Franca

Recicladoras de papel e papelão em apuros na ZFM

As empresas incentivadas da Zona Franca de Manaus, que atuam no ramo de reciclagem de papel e papelão, passam por momentos difíceis em decorrência da opção dos catadores por latinhas e outros objetos de alumínio e metal. O mercado está pagando mais por esse tipo de material. Com baixa produção em relação à capacidade instalada, elas foram bater às portas da Suframa solicitando alteração em seu Processo Produtivo Básico (PPB) - definido por meio da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. A Secretaria Municipal de Limpeza (Semulsp) está participando das articulações dos empresários junto à Suframa, visto que autarquia, por contingências da economia, foi instada a alterar PPBs de alguns segmentos.

Desinteresse As próprias associações de catadores de material reciclável admitem o desinteresse delas pelo papel e papelão. O preço do quilo está muito baixo, entre R\$ 0,25 e R\$ 0,30. Dá a opção pela coleta de PET e plástico. O mercado está pagando R\$ 0,90 pelo quilo desses produtos e é basicamente neles que a associação Eco Recicla, por exemplo, está focada agora. Foi o que disse seu presidente, Paulo Lameron.

Mais PPB A frente de alterações em PPBs foi aberta em função da crise que se abateu no segmento das empresas componentistas vinculadas ao setor de duas rodas. O setor cobrou e o Ministério da Indústria e

Comércio (MDIC), ao qual a Suframa está vinculado, acenou com a possibilidade de alterar o PPB delas para assegurar a competitividade do setor e agregar valor ao polo de motocicletas.

Split No dia 15 de março quem colocará na mesa da Suframa suas contrapropostas de alteração do PPB serão as empresas que fabricam condicionador de ar split. O MDIC, por meio da Suframa, já se dispôs a reduzir de 26 para 15 as etapas de fabricação/montagem desse produto, sendo que sete delas deverão ser cumpridas integralmente.

Omissão Interessante a postura dos sindicatos dos



trabalhadores das empresas do Polo Industrial de Manaus: eles têm agido como se tudo estivesse em perfeita paz na Zona Franca de Manaus. Hoje, quando era de se esperar que empunhassem alguma bandeira de luta em favor de seus associados, nada foi programado. O que tem faltado em indignação sobre a acomodação dos sindicalistas.

Recuo Co-autor de um importante livro sobre a ZFM, publicado em 2009, no qual propõe como medida de curto prazo a dispensa de apresentação de projetos por parte das empresas interessadas em se instalar no Distrito Industrial, o economista Ronaldo Bomfim

hoje evita falar com a imprensa sobre o assunto.

Justificativa A justificativa é a de que a Suframa não dá dinheiro para as empresas, que fazem investimentos do próprio bolso e só obtêm o benefício das isenções fiscais se de fato produzirem na ZFM.

Livro A proposta de Bomfim e Lissandro Coelho está no livro "Zona Franca - condicionamentos para o futuro". Se admitida pela Suframa, impactaria no trabalho feito pelas empresas de consultoria em Manaus, agrupadas numa associação cujo presidente é o economista José Laredo.

Protocolo Por falar em Laredo, ontem, durante a reunião do Codam, ele quebrou o protocolo e teceu críticas à burocracia da Seplan em relação à apresentação dos projetos, o que complica a vida dos consultores e das empresas que desejam investir no Amazonas. Foi repreendido por ter quebrado o protocolo.

Visão histórica O economista Osiris Silva lembra que, na sequência do esforço de transformar o Brasil autossuficiente em termos de produção de borracha (o Probor fracassou nesse aspecto), o projeto Zona Franca de Manaus a ele se soma. Mas sem conseguir delinear e viabilizar modelo de desenvolvimento autossustentado e

autossustentável.

Temática O pleno com hecimento de nossas riquezas naturais, potencialidades agrícolas, minerais, energéticas, bio e nano tecnológicas etc é uma temática que deveria estar na base das discussões no momento em que se celebra os 46 anos da ZFM. "As autoridades governamentais, contudo, na programação das festividades, omitem-se quanto a respostas simples e diretas para problemas e desafios bem objetivos relacionados ao ajuste de nosso modelo a essas condições", diz Osiris.

Destaque Antenada com a significado da data de hoje para a ZFM, a Fundação Nokia disse que há 26 anos está empenhada em atender à demanda do Polo Industrial de Manaus por técnicos qualificados. Para tanto, investiu em R\$ 40 milhões para ampliar o campus da escola.

Carona Novato na Câmara Municipal de Manaus, o vereador Professor Samuel (PPS) tem se mostrado atento aos eventos em que pode associar o seu nome. Aproveitou a data de hoje para ressaltar a importância da ZFM para a economia do Amazonas. Ele diz que é preciso mantê-la para que "continue firme nos próximos anos e que os nossos filhos e netos também possam usufruir dos seus benefícios".

CAS: 300 milhões na pauta

Mércio Silva/10/jan/2012

Na primeira reunião do Conselho de Administração da Suframa (CAS), que acontece hoje, a partir das 9h, no auditório Floriano Pacheco da autarquia, devem ser analisados - durante a reunião algum poderá ser retirado pauta - 33 projetos que somam Investimentos fixos de mais de R\$ 300 milhões, o equivalente a US\$ 155.1 milhões, com destaque para a produção de bens de informática e condicionadores de ar.

Trata-se da 261ª reunião do CAS, a qual coincide, hoje, com o aniversário de 46 de criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), com a apresentação da campanha institucional referente à data e o lançamento oficial da 7ª edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM), programada para novembro deste ano.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Fernando Pimentel, não veio para o evento. Como acontece há dois anos, desde que assumiu a pasta, ele será representado pelo secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira.

PROJETOS

Na pauta constam 13 projetos de implantação e 20 projetos de ampliação, atualização e diversificação, que devem gerar 624 novos empregos no Polo Industrial de Manaus (PIM) em até três anos, prazo que as empresas têm para efetivar os projetos. O investimento total chega a

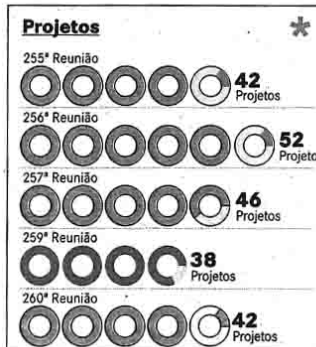


Alessandro Teixeira, sec. executivo

US\$ 428.324 milhões.

A ampliação da produção de microcomputadores portáteis (*tablets*) e aparelho celular pela Digibrás é um dos destaques da pauta. A empresa - que foi adquirida no ano passado pela fabricante chinesa de computadores Lenovo e que detém a marca CCE - promete investir US\$ 102,4 milhões e gerar 212 novos empregos. Outra indústria com projeto para *tablets* é a Jimmy Ltda., que prevê investimentos de US\$ 2,9 milhões, com 19 empregos adicionais.

O polo de Duas Rodas, principalmente no segmento de alto desempenho e bicicletas, segue muito atraente para os investidores. A Triumph, principal marca inglesa de motocicletas, disponibilizará o investimento fixo de US\$ 529 mil (com 89 novas vagas de emprego) para ampliar a produção de motos acima de 450 cilindradas. Já a Verde Bike quer se



instalar em Manaus para produzir bicicletas elétricas. O investimento fixo será de US\$ 270 mil com a geração de 39 empregos. Também se destaca na pauta

o projeto da KMA (Komeco), empresa conhecida pela produção de condicionadores de ar, e que pretende fabricar aquecedor de água a gás instantâneo no PIM.

Com o projeto aprovado, será a primeira indústria do tipo na Zona Franca. O investimento fixo será de US\$ 888 mil e a previsão é de 48 empregos adicionais.

Estaleiros e split figuram na pauta

As medidas adotadas pelo Governo Federal para proteger a indústria nacional de ar-condicionados dos tipos janela e *split*, com abertura de 84 empregos. Entre as propostas de projetos de diversificação, a Hitachi planeja produzir condicionador de ar tipo janela ou de parede, com rnaís um corpo, prevendo investimento fixo de US\$ 14,8 milhões e a geração de 400 novos empregos.

Quanto aos projetos de instalação, a Estaleiro do Rio Amazonas (Eram) busca a aprovação de projeto para construir balsas e barcos empurradores. O projeto prevê a geração de 187 empregos e o investimento fixo é de US\$ 2,5 milhões. A Silva e Campos Ltda, dentro da perspectiva do Polo Naval, apresenta projeto para produção de balsas, com investimento fixo de US\$ 361 mil.

A prorrogação da ZFM emperrou, por quê?

A bancada do Amazonas na Câmara dos Deputados está se movimentando junto aos líderes dos partidos políticos para que indiquem os membros da Comissão Especial que vai analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 103/11, que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos (2023 a 2073). Ela foi pensada (anexada) às PECs 506/2010, do ex-senador Artur Virgílio Neto (PSDB-AM); e 439/2009, do deputado Silas Câmara (PSD-AM), pelos critérios de antiguidade e conteúdo idêntico.

Há dois anos enviada pela presidente Dilma Rousseff, a PEC da prorrogação já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela presidência da Câmara, quando o então presidente Marco Maia (PT-RS) assinou o ato de criação da comissão em agosto do ano passado.

Agora, o compromisso da nova direção da Casa, comandada pelo deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), é instalar o grupo parlamentar desde que os 28 membros titulares e suplentes estejam completos.

"Antes da eleição da mesa diretora da Câmara, conversei com o Henrique Eduardo Alves e ele me garantiu que vai instalar a Comissão Especial ainda neste primeiro semestre. É um compromisso dele com todos nós da bancada do Amazonas", diz o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM).

EMPENHADOS

Os mais empenhados em compor a comissão são os deputados Henrique Oliveira (PR-AM), que foi o relator da PEC 506, na CCJ, e Átilla Lins (PSD-AM), o futuro corregedor da Câmara dos Deputados. "Estive com o líder do Democratas para que indique os seus dois integrantes, assim como o lí-

der do PT, deputado José Guimarães (CE), pois, ainda faltam três deputados da bancada", informou Átilla Lins. Dos quatro membros do PT, somente o deputado Francisco Praciano (AM) está confirmado.

Pelas contas de Henrique Oliveira, das 28 vagas titulares, somente 14 foram indicadas até agora. Tendo o mesmo número de suplentes, os partidos só escolheram cinco deputados, faltando, portanto, 36 parlamentares para completar a Comissão Especial. Dos oito deputados federais do Amazonas, cinco estão escalados para analisar a PEC 506.

A bancada também obteve outra garantia da mesa diretora: dar a presidência ou a relatoria da matéria a um deputado amazonense. Disputando o cargo estão Henrique Oliveira e Átilla Lins. "Desde que voltamos às atividades legislativas, estou buscando completar essa composição da Comissão Especial. O PSDB, por exemplo (partido contrário à prorrogação da Zona Franca de Manaus) ainda não fez as indicações necessárias", comenta Henrique Oliveira.

MOTIVOS

Questionado sobre os motivos por que a PEC emperrou na Casa legislativa, ele explica que a matéria teve um início célere justamente pelo fato de ser uma proposta da presidente Dilma Rousseff. Passou pela CCJ, que aprovou por unanimidade a constitucionalidade e admissibilidade da proposta em abril de 2012. Em agosto do mesmo ano, foi assinado o ato de criação da Comissão Especial, mas veio o período eleitoral e breçou a tramitação. "Espero que esse processo seja retomado e nós possamos dar início aos trabalhos o mais rápido possível", ponderou o parlamentar.



Em 2011, no dia do aniversário de Manaus, a presidente Dilma Rousseff inaugurou a ponte Rio Negro e anunciou a prorrogação da ZFM por mais 50 anos



Henrique Oliveira (PR-AM) foi o relator da PEC 506, da prorrogação

Blog

Guido Mantega Ministro da Fazenda

"O modelo de desenvolvimento

instituído por meio do Decreto nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Zona Franca de Manaus (ZFM), cumpre o seu papel e constrói tendências para ir muito mais além do seu objetivo inicialmente estabelecido, especialmente no que se refere ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico de Manaus, estabelecendo parâmetros de agregação de valor local e absorção de novas tecnologias de processo e produto. O desafio do modelo para os próximos anos é intensificar o

adensamento das cadeias produtivas; buscar a internacionalização da indústria local; e irradiar os efeitos positivos do modelo em sua área de abrangência, incluindo a alavancagem do processo de industrialização das Áreas de Livres Comércio, com base nas potencialidades regionais. Consiste ainda em aproveitar os ativos da biodiversidade amazônica pela inovação, para criar na região uma base bioindustrial sustentável, cujo Centro de Biotecnologia da Amazônia, em fase final de implantação é o núcleo dessa iniciativa".

A prorrogação da ZFM emperrou, por quê? (continuação)

Personagem

PRESIDENTE DA ABINEE

Humberto Barbato



'Prorrogação também para a Lei de Informática'

Nos dias que se seguiram ao anúncio da presidente Dilma Rousseff, em 24 de outubro de 2011, por ocasião do aniversário de Manaus, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, veio a público dizer que a prorrogação terá que ser adotada, também, para a Lei de Informática que incentiva as empresas que produzem bens de Tecnologia de Informação e Comunicação

(TIC) em todo o País. "Se isso não acontecer, as empresas que estão sob o guarda-chuva da Lei de Informática perderão competitividade, ficando sem opção para produzir", disse Barbato. Segundo ele, é preciso que haja o mesmo tratamento para que não aconteçam desequilíbrios que obriguem as empresas instaladas em uma determinada região do País a se transferirem para outra, causando prejuízos incalculáveis. O presidente da Abinee

disse esperar que, ao mesmo tempo em que apresentar a PEC da prorrogação da Zona Franca, o Governo também leve ao Congresso a proposta de ampliação dos efeitos da Lei de Informática, que vence em 2019, por mais 50 anos. A reivindicação não aconteceu, mas a bancada do PSDB especialmente de São Paulo promete dar trabalho ao Governo para aprovar a PEC dos 50 anos da prorrogação da ZFM.

Primeiro passo para a prorrogação

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, no dia 10 de abril de 2012, o parecer do deputado Henrique Oliveira pela admissibilidade da PEC 506/2010, que prorroga por mais 50 anos os benefícios para ZFM. "Esse foi o primeiro grande passo para alcançarmos a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus. Vencemos uma das batalhas da grande guerra. Agora vamos continuar na luta, que não é fácil, pela manutenção de emprego e geração de renda do povo amazonense", comemorou Henrique.

Em seu parecer, ele afirma que o efeito da aprovação da PEC sobre a população e a economia da região se dará de modo positivo por uma série de motivos. Destaca o desempenho da ZFM; o faturamento do Polo Industrial de Manaus. A PEC dará aos futuros gestores de Manaus e de todas as cidades diretamente afetadas pelo desempenho da Suframa a oportunidade de aprimoramento do trabalho ligado às importações e exportações dos produtos obtidos com a tecnologia estrangeira. "O Polo In-

dustrial de Manaus é um dos mais modernos da América Latina", disse o parlamentar-relator na CCJ, acrescentando que a concentração de grandes indústrias no Amazonas inibe o desmatamento, na medida em que gera empregos diretos e indiretos, afastando os trabalhadores das atividades que poderiam ser danosas à biodiversidade. "Mesmo com os milhares de empregos criados pela ZFM, detectou-se que a produção cresceu sem que houvesse impacto proporcional no desmatamento da região".

Ampliação mais emperrada

Mais emperrado que a PEC dos 50 anos está o Projeto de Lei 2.633/11, de autoria do Poder Executivo, que amplia os benefícios da Zona Franca de Manaus aos municípios da Região Metropolitana (RRM). Com entrada em 1º de novembro de 2011, o projeto parou na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados 23 dias depois. O deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) foi designado relator, mas não conseguiu fazer andar o projeto por resistências

dentro do próprio setor industrial amazonense que reclama da falta de infraestrutura em Manaus e teme ser pior a ausência de logística no interior do Estado. Há ainda a pressão do ex-presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que apresentou emendas para a extensão dos mesmos benefícios para o Estado do Amapá. O período eleitoral dificultou a tramitação e para completar Pauderney Avelino pediu licença da Câmara e assumiu a Secretaria Municipal de Educação (Semed).

Enviado à Câmara dos Deputados em regime de prioridade, o projeto altera o artigo 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus. De acordo com o texto, a área da Zona Franca de Manaus passará a compreender a extensão territorial dos municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Manacapuru. A intenção é fazer coincidir a área da ZFM com os perímetros da RMM, cuja ex-

tensão é de aproximadamente 101.910 km². A proposta tem como objetivo a maior abrangência física legal em relação à promoção ao desenvolvimento regional desses municípios envolvidos por conta do incremento das atividades econômicas ali existentes. O PL 2633/11 é o complemento da promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff que enviou à Casa Legislativa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 103/2011), que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos



Pauderney Avelino encontrou resistência entre os empresários ao PL 2.633

Modelo está preservando na minirreforma fiscal

Duas medidas que tratam de questões tributárias estão tramitando no Congresso Nacional e a aprovação delas é considerada prioridade pelo Governo Federal no primeiro semestre de 2013: a unificação do ICMS, no Senado, e a Medida Provisória 599, que cria o fundo de compensação das perdas com a redução das alíquotas do imposto. Até agora, a chamada minirreforma do sistema tributário brasileiro, no dizer do ministro da Fazenda, Guido Mantega, preserva a Zona Franca de Manaus (ZFM) em seus incentivos fiscais e sua competitividade.

Políticos, empresários e autoridades tributárias do Amazonas são unânimes em destacar as vitórias do Polo industrial de Manaus (PIM) conquistadas no ano passado, como o fim da guerra dos portos, a liminar do ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra o Estado de São Paulo, que restabelece as vantagens comparativas da ZFM no setor de informática; e ainda a promessa cumprida da presidente Dilma Rousseff e do ministro

Modelo está preservando na minirreforma fiscal (continuação)

nessa cumprida a presidente Dilma Rousseff e do ministro Guido Manteiga de preservar o Amazonas na proposta de unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No enfrentamento à guerra fiscal, o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) cita como vitória a garantia da presidente Dilma Rousseff de que o Amazonas terá tratamento diferenciado nas discussões sobre unificação da alíquota interestadual do ICMS. Na proposta que apresentou ao Senado, de unificação do imposto em 4%, o ministro da Fazenda, Guido Manteiga, disse que os Estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul não sofrerão perdas e não estão incluídos nas regras de unificação do imposto. As operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) deverão continuar com alíquota de 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, enquanto o percentual dos demais estados brasileiros será unificado em até 4% a partir de janeiro de 2016. A diferenciação para o Amazonas consta na proposta de projeto de resolução nº 01/2013, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

"O projeto de resolução do Senado, que trata da unificação das alíquotas do ICMS, de fato preserva a ZFM no status atual, bem como a MP 599 editada pelo Executivo, que cria o fundo de com-

Incentivos fiscais da ZFM

Com o fim de atrair investimentos, foram criados incentivos no âmbito de impostos indiretos que impactavam os custos das empresas, são eles:

- Imposto de Importação
- Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza (ISS), em âmbito municipal.

>> Justificativas

Os incentivos fiscais compensam as desvantagens de localização da ZFM (distância dos grandes centros de consumo e das fontes de supridoras de matérias-primas, e ausência de um mercado local), de modo a viabilizar a instalação de um polo comercial e industrial ZFM, condicionamentos do futuro, Ronaldo Bomfim e Lisandro Botelho, Editora Valer, Manaus, 2009)

Busca rápida

Por enquanto, apenas uma sinal

Grantia completa de preservação da ZFM virá com a aprovação, prevista para este ano, da matéria que trata da unificação das alíquotas do ICMS e da MP 599.

Blog

Afonso Lobo Titular da Sefaz-AM

O Estado do Amazonas e o Polo Industrial de Manaus (PIM), realmente, tiveram grandes vitórias em 2012. Mantivemos as nossas vantagens comparativas com a aprovação da Resolução 72, do Senado, que acabou com a guerra dos portos. O Governo Federal também garantiu a manutenção do Amazonas, em 12%, na unificação do ICMS, enquanto os demais Estados tiveram uma redução para 4%. Isso nos dá segurança e perspectivas para o investidor que pretenda se instalar na Zona Franca. No âmbito jurídico, tivemos a importante vitória no Supremo Tribunal Federal, com a liminar do ministro Celso de Melo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Estado de São Paulo. A decisão atingiu não apenas a fabricação dos tablets, mas toda a indústria de informática



que o Governo paulista vinha beneficiando de forma discriminatória. Outra boa notícia são os pareceres favoráveis da Advocacia Geral da União e da Procuradoria-Geral da República em outra Adin de São Paulo que quer nos impedir de dar incentivo fiscal sem a anuência do Confaz. Todas as ações políticas e jurídicas transformam a ZFM num porto seguro para investimentos".

Braga desta ganhos da ZFM

Ao fazer uma avaliação das ações políticas da bancada amazônica, ocorridas em 2012, o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou a aprovação da Resolução nº 72, que unificou em 4% a alíquota do ICMS para produtos importados e acabou com a chamada "guerra dos portos", em que Estados como Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás ofereciam incentivos à importação de produtos por meio de suas fronteiras. Alguns desses produtos, como o ar-condicionado modelo split e pneus de motocicletas, vinham perdendo competitividade por conta de similares importados da China e entravam no país com benefícios fiscais concedidos pelos Governos goiano, capixaba e catarinense. Braga relatou a Resolução 72, que preservou o diferencial fiscal da ZFM. As novas regras começaram a va-

ler em janeiro deste ano. Para o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, a aprovação da medida manteve a competitividade dos produtos brasileiros. "A resolução deu um tratamento mais justo aos importados em relação aos produtos brasileiros. Foi absolutamente fundamental para restabelecer a competitividade da produção nacional, acabar com a guerra dos portos, otimizar e gerar empregos no País", declarou Thomaz Nogueira quando a resolução 72 foi aprovada no Senado. A opinião do superintendente da Suframa foi compartilhada pelo presidente do Centro da Indústria do Amazonas (Cieam), Wilson Périco. Segundo ele, além de proteger empregos em todo País, a Resolução 72 veio dar tranquilidade aos trabalhadores da indústria amazônica.

Modelo está preservando na minirreforma fiscal (continuação) Políticos e empresários precisam ficar alerta

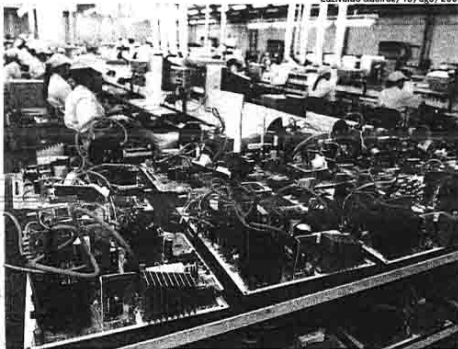
Mesmo tendo pulado algumas "fogueiras tributárias", em 2012, e saído delas sem grandes danos, os empresários do Polo Industrial de Manaus (PIM), Governo do Estado e especialmente a bancada de deputados federais e senadores devem ficar atentos a medidas que poderão ser editadas pelo Governo Federal ou chegar ao Congresso Nacional e afetar o modelo econômico do Estado do Amazonas.

Uma delas é a proposta de unificação do PIS (Programas de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade So-

cial). "A reforma tributária fatiada, do ministro Guido Mantega, prevê a unificação do PIS e da Cofins. Em estudo avançado no Ministério da Fazenda, a Zona Franca de Manaus também tem tratamento diferenciado nessa área, logo o seu *status* precisa ser preservado. Como não temos conhecimento da proposta, isso tem causado apreensão nas classes empresariais da indústria", afirma o executivo da Fieam/Cieam, em Brasília, Saleh Hamdeh.

UNIFICAÇÃO

O secretário estadual de Fazenda (Sefaz-AM), Afonso Lobo, es-



Modelo ZFM tem nos incentivos fiscais um diferencial na atração de negócios

tá confiante de que se a unificação do PIS e da Cofins vier a acontecer, o Amazonas e sua indústria deverão ser preservados, pois, enquanto as indústrias nacionais contribuem com 9,25% de PIS e Cofins, as da Zona Franca de Manaus recolhem 3,65% e ainda geram crédito para o cliente de 3,9%. "Isso é um diferencial importante que, acredito, deverá ser mantido por conta da nossa área de exceção", disse Lobo.

Em recente artigo publicado no jornal "Valor Econômico", sobre a unificação do PIS e da Cofins, o advogado tributarista, Wilson De Faria, disse que é ne-

cessária a criação de uma frente de trabalho forte para evitar que a unificação gere aumento da carga tributária, bem como para apresentar propostas de remodelamento do sistema tributário que realmente venham a beneficiar o empresariado brasileiro. "Caso não haja mobilização do empresariado, diversos setores, como por exemplo, os de serviços e dos profissionais liberais terão suas cargas tributárias e custos administrativos inevitavelmente majorados, especialmente os pequenos empresários enquadrados no lucro presumido", escreveu o tributarista Wilson De Faria.

ZFM prosa & verso

Principal "engrenagem" industrial do Amazonas, vira e mexe tem sempre alguém falando ou escrevendo sobre a Zona Franca de Manaus. No que tange à produção literária sobre esse modelo, a maioria figura em livros de prosa. O mais re-

cente deles foi lançado no dia 22 pela Editora Cultural da Amazônia, da Rede Calderaro de Comunicação (RCC), produzido a partir de 250 artigos escritos ao longo de 30 anos pelo economista José Fernando Pereira da Silva.

Trata-se do livro "Zona Franca de Manaus, Capital e Trabalho", no qual o autor faz um apanhado histórico de fatos diretos e indiretamente ligados à ZFM, da qual se apresenta como um de seus mais fervorosos defensores. Vide o artigo que pu-

blicamos, abaixo, extraído de seu livro.

POESIA

Na literatura, como na vida, entretanto, nem tudo converge para o mesmo ponto de vista. Que o diga a professora doutora Iere-

cê Barbosa, autora, entre outros títulos, do livro "Chão de fábrica: ser mulher operária no Polo Industrial de Manaus", cuja primeira edição foi produzida pela Editora Valer em 2007.

Ela é autora do poema "Sabor ZF" que dá título ao livro de poe-

sia lançado em 1992 pela J. Scorecci Editora. No poema, Ierecê "brinca seriamente" com os efeitos na gente local produzidos pelo advento da ZFM, numa perspectiva que tão-somente a poesia consegue alcançar, como o leitor conferirá nesta mesma página.

Artigo

A INDÚSTRIA DO PRECONCEITO

Se fizermos uma pausa para um momento de reflexão em torno do Projeto Zona Franca de Manaus, veremos que as inúmeras retaliações e aleivosias que o mesmo vem sofrendo ao longo dos anos, além de não terem nenhum respaldo técnico são de natureza eminentemente preconceituosa do tipo "contrabando legalizado", "mamata na selva" e ultimamente "projeto superado" ou "projeto anacrônico" como querem algumas autoridades federais. Lamentavelmente, esse tipo de achaque provém quase que exclusivamente do patrocínio da Abinee, entidade apócrifa, que acocita atualmente a mais refinada nata da incompetência empresarial

brasileira e arqui-inimiga da ZFM desde os seus primórdios. Ultimamente a referida entidade conspira nos subterrâneos do poder, aliás onde sempre esteve, conta a participação regional na composição do Conselho de Administração da Suframa, sob o a surrada alegação de que interesses regionais possam eventualmente ferir interesses da indústria. Haja preconceito na afirmação, com se indústria aqui implantada não fosse made in Brazil. (...) Com o advento da Reforma Tributária, e por via de consequência a necessidade de ajustar o Modelo à nova realidade fiscal do país, começaram, paralelamente,

os tiroteios para cima da ZFM. Mais uma vez a "Medusa de Plantão" convoca seus sicários ao exercício predileto: desgastar a imagem deste pedaço de Brasil perante a opinião pública nacional. Essa ridícula e abominável tarefa que encaixou-se muito bem no "pau mandado" dirigente da Diamond, que nas estapafúrdias previsões revelou-se um potencial concorrente da Mãe Diná. Curiosamente, no mesmo espaço em que o boquirroto senhor desanca a ZFM, apregoando o seu fim no ano 2000 ao mesmo tempo em que afirma não acreditar em pólos de desenvolvimento, foi publicado importante matéria sobre recuperação econômica da Argentina que terá até o

José
Fernando
Pereira



final de 1996 cerca de trezentas Zonas Francas, devidamente instaladas (...) Lamentavelmente por parte de nossas autoridades, ao longo de 28 anos, só encontramos má vontade em relação à ZFM. (...) Até hoje, apesar de inúmeras visitas do BNDES, não foi sinalizada nenhuma proposta de criação de linhas de financiamento para o nosso parque industrial. As alegações daquela instituições financeira é de que nossa indústria não é prioritária porque não é integrada à região. Enquanto isso, diante deste descaso, como amazonenses não podemos esconder nossa revolta, principalmente ao depararmos com a notícia de

que o governo brasileiro está evidando todos os esforços, inclusive com linhas especiais de financiamentos para ressuscitar a sucateada indústria bélica nacional (...) Apesar de todas as críticas de todos os preconceitos e de todos os entraves colocados adremente ao modelo, como exemplo obrigatoriedade da certificação e o engessamento industrial através do PPB a ZFM vai se desenvolvendo com muita competência. Pois até hoje não apareceu nenhuma iluminado neste país que propusesse outro modelo alternativo de desenvolvimento para esta Região que resgatasse seu povo do isolamento e do subdesenvolvimento.

Obra sobre modelo no iTunes

Na lógica da sustentabilidade, da globalização e da democratização da informação, o escritor, engenheiro e professor Antônio José Botelho disponibilizou nas livrarias virtuais do planeta a segunda edição do seu livro "Pequeno Ensaio em Prol da Construção de um Capitalismo Amazônico a partir de Manaus", em versão eletrônica, através do iTunes da Apple.

Esta versão *ebook* é a segunda edição do livro publicado pela Editora Caminha Consultoria em 2011, a qual foi plenamente distribuída Revista Via Legis. Trata-se da mais recente publicação do autor, voltada para o desenvolvimento econômico da Amazônia, partindo do pressuposto da necessidade de uma revisão da natureza filosófica e ideológica da Zona Franca de Manaus.

O *download* pode ser feito gratuitamente. "O objetivo é ampliar o acesso às ideias e aos conceitos reunidos neste livro, possibilitan-



Arquivo-A CRITICA

Antônio Botelho: ZFM precisa ser meio para desenvolver economia regional

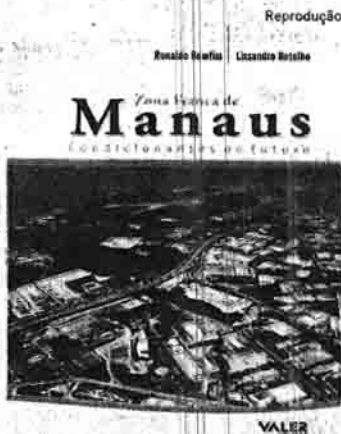
do o acesso a um maior número de leitores interessados no tema", explica Botelho, acrescentando

que já foram feitos *download* em em diversos países como Suécia, Itália, França e Estados Unidos.

Leitura fina >>> Livro convencional Pequena e importante obra

Se você nada sabe sobre a Zona Franca de Manaus, mas deseja penetrar no universo dela sem muitas delongas, envolvido por uma atmosfera crítica, um dos livros apropriados para isso é "Zona Franca de Manaus - condicionantes do futuro", escrito por Ronaldo Bomfim e Lissandro Botelho e publicado pela Editora Valer em 2009.

Como o próprio título da obra sugere, os autores desprendem-se do presente, mas sem desprezar as origens desse modelo de desenvolvimento econômico, para traçarem uma perspectiva



Reprodução
Capa do livro de Ronaldo e Lissandro

daquilo que, no entendimento deles, constitui tarefa inadiável no que tange ao fortalecimento da ZFM.

Para tanto, Bomfim e Botelho fizeram um diagnóstico dos gargalos do modelo para, em seguida, propor sugestões de curto, médio e longo prazo, as quais, uma vez implementadas, ajudariam a reforçar a competitividade da ZFM, visto que os incentivos fiscais, segundo eles, já não seriam suficientes para a sua sobrevivência, ainda que venha - como está sendo - prorrogada, mais uma vez.

Potencial hidroviário até agora mal aproveitado

"Amazonas moreno, tuas águas sagradas são lindas estradas, são contos de fadas, ó meu doce rio". O trecho da canção do grupo Raízes Caboclas reflete o contexto da realidade Amazônica. A complexa geografia da região e seus rios impõem limites à construção de rodovias, configurando um entrave econômico histórico para o transporte de cargas.

A solução, dizem os economistas, é aproveitar o potencial hidroviário que possui 40 mil quilômetros de extensão navegáveis. Diante desses fatores, a iniciativa pública e a privada vêm planejando a construção de novos portos que possibilitem melhorar o escoamento da produção industrial, receber matéria-prima e exportar produtos.

Um dessas saídas estudadas é o porto da empresa Transportes Bertolini, na cidade de Santarém, que deverá ser reestruturado quando estiver concluída a pavimentação da rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá). Isso reduziria em pelo menos dois dias a viagem entre o Norte ao Sudeste. O porto significará uma nova alternativa de rota rodo-fluvial, que hoje é feito via Rio Amazonas até a cidade de Belém durante em cinco dias de navegação, seguindo por estrada até o Sudeste em mais três dias.

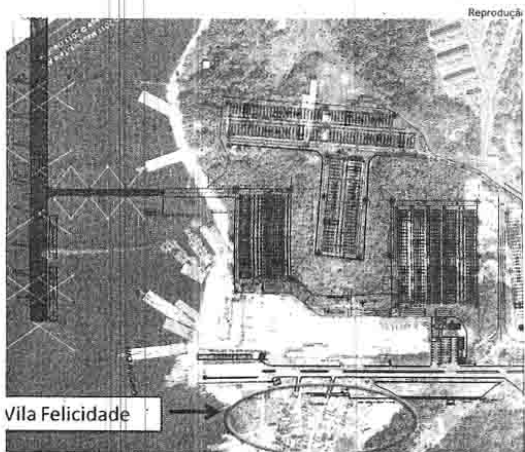
"Com a abertura da BR 163, teremos uma redução nos custos da navegação, uma vez que o tempo de viagem entre Manaus e Santarém é de aproximadamente 36 horas em contrapartida às 56 horas de viagem entre Manaus e Belém. Outro fator importante é a diminuição do tempo total de viagem, por exemplo, de Manaus até São Paulo irá reduzir em até 2 dias", disse o assessor da diretoria de Navegação da Bertolini, Emerson Noronha.

O Porto da Bertolini, uma empresa privada que atua na região Norte, possui capacidade para operar com apenas uma balsa de 35 vagas por operação de embarque e desembarque, com projetos para ampliação do terminal. Com uma rota fluvial mais curta e a possibilidade de uma incursão rodoviária mais rápida, a questão posta pela Bertolini é reduzir custos operacionais tanto para a transportadora quanto para seus clientes comerciais e industriais.

Segundo o Noronha, a equipe da transportadora viaja periodicamente pela rodovia BR-163 para acompanhamento das obras em curso. Até dezembro



Porto da Bertolini, em Santarém, será reestruturado para servir de alternativa



Maquete aponta o lugar exato onde será construído Porto da Siderama

passado, ele afirma ter visto pouca coisa avançar nessas obras, o que não frustra os planos da companhia. No entanto, ele aponta as dificuldades logísticas que a empresa enfrenta com as longas distâncias e custo de transporte dentro do território amazônico.

"O problema são condições das rodovias a pouca segurança para as pessoas e mercadorias em trânsito e a falta de incentivos fiscais para a construção de equipamentos necessários para o transporte fluvial tão necessário para a Amazônia", avalia Emerson Noronha.

Potencial hidroviário até agora mal aproveitado (continuação)

Análise

**Professor
Dr. Jorge
Campos**

ESPECIALISTA
EM LOGÍSTICA

“Não temos terminais”

Na avaliação do professor doutor Jorge Campos, especialista em Logística, é preciso aproveitar todo o potencial de hidrovias da região e investir na infraestrutura e na gestão de pessoas.

“Esse fator de 40 mil quilômetros de hidrovia e nossa posição geográfica nos possibilita construir nossa infraestrutura hidrográfica e ao menos terminais adequados para transportar essas cargas. Não temos portos, temos terminais”, afirmou Campos.

Um porto estruturado na visão de Campos inclui um extenso pier de embarque e desembarque, redução no tempo de descarga; amplo parque de contêiner seco e de contêiner refrigerado e agilidade na fiscalização e liberação de cargas.

Na gestão de pessoas, o especialista sugere integração entre os órgãos responsáveis como Suframa, Receita Federal, Agência de Vigilância Sanitária na hora de reduzir a burocracia estatal e o tempo de permanência das cargas no pátio.

“O Chibatão (porto privado nas imediações do Distrito Industrial) tem um guia de 431 metros, podendo operar até quatro navios, com 50 embarques/desembarques por dia. Existe a possibilidade de melhorar para se tornar mais competitiva”, explicou Campos.

Segundo ele, o Estado do Amazonas subutiliza seus rios e possui portos mal dotados e mal gerenciados. “Temos que aproveitar todo esse potencial dessa hidrovia que a natureza nos deu. No Amazonas, associado ao fato de que desenvolvimento está ocorrendo no Centro-Oeste onde está a concentrada 36% da produção de alimentos no Brasil. Os mercados consumidores estão na nossa direção”, informou.

Quatro perguntas para

Thomaz Nogueira TITULAR DA SUFRAMA

A Suframa conhece essa alternativa do porto Bertolini e como encara essa proposta?

Conhece e encara com bons olhos qualquer iniciativa que vise redução de custos logísticos para a região, otimizando a estrutura da Zona Franca de Manaus.

No que compete à autarquia, quais portos estão sob sua alçada? O que ela pretende mobilizar para este ano?

A questão dos portos é da alçada da Secretaria de Portos (SEP) da Presidência da República. A Superintendência da Zona Franca de Manaus acompanha o assunto de perto e com grande interesse, mas, apesar da interação, não tem gerência sobre ele. A mobilização é para auxiliar sempre, no que for possível, para agilizar a criação de alternativas de entrada de saída de insu-

mos e mercadorias na ZFM.

Como está a questão do porto da Siderama? Em que fase ela se encontra? Ele um dia vai sair do papel, já que está sendo prometido há décadas?

Estamos interagindo com a Secretaria de Portos e, até o final do ano, deveremos saber quem estará operando o porto da Siderama.

Como a Suframa avalia as iniciativas de melhoria do modal hidroviário, como os portos da Siderama, porto de Manaus, Bertolini, Porto das Lajes, porto do Madeira (a partir da BR-319)?

A Suframa apoia todas as iniciativas que tenham por objetivo contribuir para o desenvolvimento da região e, com certeza, alternativas na área logística estão entre estas iniciativas.

Potencial hidroviário até agora mal aproveitado (continuação)

Porto da Siderama estimado em R\$

Outra possibilidade discutida há pelo menos uma década é a construção do Porto da Siderama, nas imediações do terminal da Ceasa, Distrito Industrial, Zona Sul de Manaus. O projeto está orçado em R\$ 400 milhões e terá sua implantação concluída em dois anos de obras. A previsão era que o empreendimento fosse inaugurado no segundo semestre de 2014.

A ideia é substituir a atual demanda do Porto do Centro, que vai ganhar status de porto de passageiros nos próximos anos, segundo projeto do governo federal. Também será uma alternativa mais ágil e mais barata

por estar dentro da área do Polo Industrial de Manaus (PIM).

No entanto, o cronograma está todo atrasado e as obras ainda nem começaram. O porto agora está nas mãos da Secretaria Especial de Portos (SEP), vinculada ao Ministério dos Transportes. A empresa APM venceu a licitação para fazer o estudo que determinaria as bases para entrega da construção e administração do local pela iniciativa privada. O próximo passo é a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizar a licitação para concessão do novo porto.

A capacidade do porto é de 500.000 TEUs (fase I), alcançan-



Antigas instalações da Siderama, onde agora a SEP pretende construir um novo porto privatizado em Manaus.

Antonio Lima

m 2018. Será
lutuante com
meira fase e
onais, total-
argura de 26
será prepara-
posições ex-
as.

cional de In-
Transporte
e a recupera-
aus-Porto Ve-
nir um porto
desafogar o
que está dete-
nadas, refém
terminal.

Nau seguirá seu rumo'

"A Zona Franca de Manaus completa hoje 46 anos como exemplo mundial de um projeto de desenvolvimento econômico que deu certo. Mas não podemos sentar sobre os louros da vitória. Devemos, sim, manter toda a experiência conquistada ao longo destas quase cinco décadas, lutando para manter o pujante polo industrial aqui montado, case em manufatura dos maiores players mundiais do setor, mas também precisamos, paralelo a isso, traçar novas alternativas, reforçando setores como a agricultura e lutando por melhorias no capital intelectual e nas pesquisas aplicadas"

Essas são palavras do titular da Suframa, Thomaz Nogueira, segundo o qual grande missão da autarquia é manter a capacidade operacional, ao mesmo tempo em que se busca a reestruturação estratégica. "Nosso plano de trabalho anual trabalha sob a premissa de que 2013 já acabou, no sentido de que, a despeito do cenário mundial de crise, o ambiente de curto prazo é de otimismo, mesmo que cauteloso, com perspectivas de retomada do polo de duas rodas e novos recordes no polo de eletroeletrônicos, dois grandes segmentos do Polo Industrial de Manaus", fazendo a seguinte ressalva: "A menos que ocorra algum grave acidente de percurso, a nau seguirá seu rumo mantendo e ampliando a velocidade de cruzeiro"

Frase

"Para pavimentar a estrada para o futuro, um primeiro passo é concluir o processo de reorganização da própria Suframa, o que inclui um amplo programa de inovação administrativa"

O que precisamos é nos preparar para o depois. O que o futuro nos reserva? O que virá em 2014? Como adequar o projeto Zona Franca para o que se desenha?

"No início deste ano tive a oportunidade de participar da maior feira de eletroeletrônicos do mundo, em Las Vegas, e presenciei evoluções que afetam diretamente nossa realidade, como é o caso das novas TVs, tablets e smartphones com telas flexíveis. Tais equipamentos têm novos modelos de bateria, novos insumos nos displays e levam muito menos ca-

bos e plásticos na sua composição", diz Nogueira, para quem isso aponta para um futuro com demandas menores para nossos componentistas e a necessidade de se criar condições para que não percamos o parque instalado. "Precisamos, assim, não só nos preparar para acolher e produzir em nosso PIM as novas evoluções tecnológicas, como também identificar que novos produtos podem aproveitar a linha de insumos que já temos", arrematou.

ESTRADA

Para pavimentar a estrada para o futuro, ele disse que um primeiro passo é concluir o processo de reorganização da própria Suframa, o que inclui um amplo programa que passa pela reestruturação de cargos e salários, criação de novas vagas, controle de gastos, otimização de convênios, maior interação com órgão de controle

- para agilizar os processos burocráticos para as empresas do PIM - revisão organizacional, programas de capacitação e uma série de outras medidas para manter a excelência da autarquia.

Em sua opinião, a Suframa precisa estar preparada para metas ousadas como o reforço na inserção internacional, com ênfase na Pan Amazônia. "Nossos vizinhos, como Venezuela, Peru,

Equador e Colômbia, compram motos de outros países quando aqui, em Manaus, temos as maiores indústrias de motos do planeta. Os países da América do Sul (fora o Brasil) consomem dois milhões de motocicletas que não são fabricadas no PIM. Temos que buscar esse mercado. Antes as empresas não precisavam olhar para o mercado externo, por termos um mercado interno muito forte, mas esse é o momento de sair da zona de conforto e buscar novos desafios", diz Nogueira.

Entre outros desafios, ele destaca ainda a estruturação de cadeias produtivas, a discussão de uma política econômica para o Distrito Agropecuário e para nossas Áreas de Livre Comércio. Precisamos discutir a logística da região e acompanhar de perto medidas já encaminhadas que devem otimizar nossas ações, como a reestruturação das vias do Distrito Industrial, a construção dos anéis viários, a licitação do novo porto, a conclusão da reforma do aeroporto, a chegada do linha de Tucuruí e outras com previsão de

conclusão para este ano, que devem tornar nosso projeto ainda mais atrativo. "É preciso definir uma política de excelência para o PIM, afinal somos referência em motos, TVs, celulares, ar-condicionados, relógios... e não podemos parar por aí. Mas devemos ter foco na atração de investimentos. Não podemos abraçar o mundo com as pernas, então temos que definir muito claramente o que queremos e marcar posição quanto a isso", afirmou.

Por fim, mas não menos importante, segundo ele, precisamos dominar o ciclo de produção, portanto, ciência, tecnologia e inovação devem estar na massa do sangue de todos os envolvidos com a Zona Franca. "É hora de dar o novo passo, o passo da criação, de mostrar ao mundo que, além de sermos ótimos em manufatura, superando praticamente todos os parques fabris do planeta, somos criativos e podemos, com os técnicos, as ferramentas e os insumos que dispomos, lançar tendências, melhorar processos e efetivamente criar produtos em Manaus", comentou Nogueira, acrescentando que "toda essa criatividade também precisa estar à disposição para gerar alternativas para o PIM, com redução da dependência que temos deste projeto e ampliação das fronteiras, com destaque para a agricultura, a naval e a matriz petróleo/gás".



LER é o nome da vilã

Eletroeletrônicos, telefones celulares, *tablets*, motocicletas, componentes, brinquedos, medicamentos... A gama de produtos fabricados pelo Polo Industrial de Manaus é variada. Todos os dias, milhares deles são montados nas linhas de produção do Distrito Industrial.

Mas estas mesmas linhas também estão produzindo um outro material bem "incômodo", que não rende lucro algum e que empresa nenhuma gosta de assumir ou divulgar: vítimas de doenças ocupacionais.

Entre os cerca de 116 mil postos de trabalho gerados pelo PIM, encontra-se uma "legião" cada vez maior de doentes ocupacionais, que vêm deixando o "chão de fábrica" e se tornando um grave e silencioso problema social.

Os números, apesar de apresentarem variações, são altos. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre 2007 e 2009, o Amazonas apresentou a pior média proporcional do Brasil na incidência em doenças ocupacionais. O Estado chegou a registrar o triplo de outros estados altamente industrializados como São Paulo e Paraná. Apesar de ter perdido o topo da lista em 2010 para Roraima, o Amazonas ainda figura entre as médias mais altas do país.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) diz que concedeu 2.920 indenizações por afastamento trabalhista em 2012. Como ainda existem processos de acidentes ocorridos no ano passado em curso, o número tende a crescer. Em 2011, foram registrados 3.441.

VILÃO

As lesões por esforço repetitivo (LER) são campeãs de incidência em quase todas as indústrias do DI. Um mesmo movimento chega a ser repetido 1.200 vezes durante uma jornada de trabalho de 8 horas (quando não são computadas as horas extras). A repetição leva a uma série de lesões de cunho irreversível, principalmente nos ombros. As condições de trabalho que as empresas proporcionam são um agravante. Para se ter uma ideia, algumas linhas de produção seguem o padrão ergonômico da Ásia, onde a população tem estatura menor.

Assim, casos como de Rozilene Travassos, 36 tornam-se cada vez mais comuns. Após trabalhar 10 anos em uma das "gigantes" do setor de duas rodas, ela lesionou o braço direito e hoje, além de ter perdido parte do movimento, não consegue ter força no membro. "Trabalhava aplicando adesivos nas motos e comecei a sentir dores após alguns anos. Aí fui transferida para um setor onde

trabalhava com uma parafusadeira de ar comprimido nas mãos. O impacto na hora de encaixar as peças piorou minha situação. Às vezes fazia um 'viradão' na fábrica nas horas extras, chegávamos a produzir 7 mil peças em um dia", revelou Rozilene.

Após ser alertada por um médico, ela pediu afastamento da função há seis anos atrás e aproveitou o tempo para concluir o curso superior. O posicionamento da empresa revoltou Rozilene, que agora luta na justiça por uma indenização. "Eles disseram que era fingimento e que eu havia me lesionado trabalhando em casa ou em outros locais. Lá, foi meu primeiro e único emprego e trabalhava o dia inteiro que não tinha tempo para mexer na casa. Como eu iria me lesionar se não fosse na empresa? Entrei com uma ação na justiça, ganhei em primeira instância, mas a empresa recorreu. Conheço muita gente que também está afastada por problemas nos braços, nos ombros, na coluna", contou Rozilene.

LER é o nome da vilã (continuação)

Blog

Rosângela Duarte

ADVOGADA
TRABALHISTA

**“Muitos empre-
sários visando so-
mente à qualidade dos
produtos e serviços** de-
ixam de levar em conta que os
trabalhadores têm limites fí-
sicos e psicossociais. Não
são uma máquina humana. É
necessário que elas se preocu-
pem em adequar os traba-
lhadores às características
organizacionais das empre-
sas, sem aumentar a jorna-
da, e oferecendo a eles o de-
vido conforto e a qualidade
necessária para que possam
trabalhar e produzir sem pre-
juízo à sua saúde. A cada ho-
ra, recomenda-se que os em-
pregados possam levantar,
andar um pouco ou fazer
alongamentos. É recomen-
dável também que se tenha
cuidado para que os punhos
não fiquem dobrados por
muito tempo. Além disso, a
cadeira ou o banco devem
estar adequados ao tipo de
atividade exercida. O dia 28
de fevereiro é o Dia Interna-
cional da Prevenção às Le-
sões por Esforços Repetiti-
vos. Todos os anos, ocorrem
cerca de 160 milhões de
doenças profissionais rela-
cionadas com as lesões ou
distúrbios”

Indenizações estão caindo

A briga pelo pagamento de indenizações referentes à acidentes e doenças de trabalho tem causado um acúmulo de processos na justiça trabalhista. A pendenga entre empregados e patrões nos tribunais também é grande. Segundo o presidente da associação dos advogados trabalhistas do Amazonas, Mário Souza, as questões envolvendo acidentes de trabalho são o “carro-forte” dos especialistas. O alto número de incidências fez inclusive com que a Justiça do Trabalho mudasse um pouco a forma de calcular as indenizações. “Conseguir uma boa indenização é difícil hoje. Os números são cada vez menores. Antes, uma indenização por perda de um membro como pé ou mão rendia R\$ 100 mil. Ho-

je, o valor não chega à R\$ 30 mil. A Justiça alega que o empregado não pode enriquecer às custas da empresa. Só esquecem que em alguns casos, a força de trabalho deste empregado nunca mais será a mesma”, criticou.

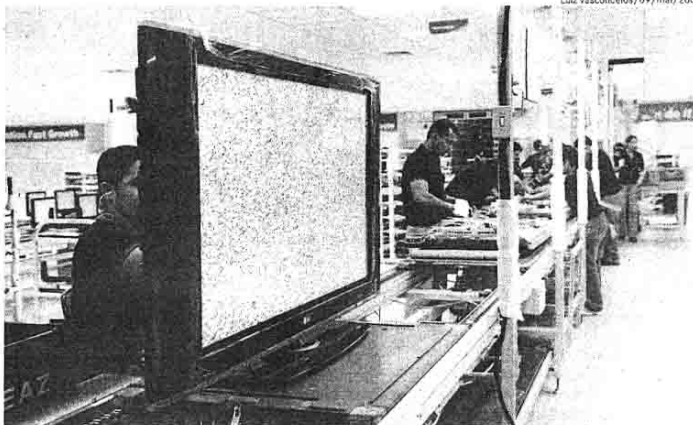
Outro dado revelado por Mário é a dupla função exercida por médicos do trabalho “A perícia médica é sempre complicada. Tem perito que trabalha ou trabalhou para o INSS e também presta serviços às empresas. Não há um controle”, contou Mário. O recebimento de uma indenização também demora. Hoje, a primeira audiência leva de 2 a 3 meses para acontecer. Como o lado perdedor sempre recorre, o processo só termina de ser julgado em todas as instâncias em cerca de três anos.

LER é o nome da vilã (continuação)

Audidores da SRT dizem que questão é grave

Envolvidos diariamente em fiscalizações às empresas do Distrito Industrial, os auditores fiscais da Superintendência Regional do Trabalho (SRTE) conhecem profundamente o problema dos doentes do DI. A Crítica conversou com fiscais do setor de saúde e segurança da SRTE, que preferiram não se identificar e pode constatar a gravidade da questão. Com vários autos de infração lavrados, algumas vitórias já foram obtidas, como a melhoria na segurança das máquinas em empresas "Muitas indústrias tinham máquinas sem nenhuma proteção. Volta e meia havia o caso de acidente grave ou morte", declarou um fiscal. Em relação ao tratamento dado às lesões por esforço repetitivo, o conflito

é bem maior. "As empresas não admitem o acidente de trabalho. Algumas adoram colocar a culpa no próprio trabalhador. Os funcionários são submetidos à uma rotina quase desumana nas linhas de produção. E na hora que algum órgão aperta as fiscalizações, as empresas apresentam ferramentas ergonômicas fraudadas, como a tal da ginástica laboral, que não tem eficácia alguma do jeito que é feita. Os médicos do trabalho nas empresas são outro problema. Muitas vezes ele faz uma campanha de alcoolismo aqui, uma sobre DST ali ou vira um repetidor de exames, mas não compra briga com a empresa por conta do alto índice de LER. Não apresentam relatórios e a gente não vê nenhuma evolução", comentou outro audi-



Empresas instaladas no PIM absorvem muita mão de obra, que é submetida a trabalhos de ações repetitivas

tor. A Superintendência pretende começar a enviar relatórios para o Governo do Estado ainda neste ano para expor a situação. A intenção é instigar o Governo a pressionar as indústrias a cumprir as normas trabalhistas, sob pena de corte de incentivos fiscais oferecidos (o item é previsto no decreto 12.814-A). "O Estado tem esse instrumento legal. Sabemos da importância do Distrito para a economia local, mas o trabalhador não pode continuar sendo prejudicado como está. Algumas destas doenças são irreversíveis. É preciso também que haja uma união de forças entre Ministério Público do Trabalho (MPT), INSS, Suframa e Seplan. Se não isso continuará sendo uma guerra de uma força só", disse um auditor.

Um modelo com muitas deficiências estruturais

A Zona Franca de Manaus trepida nas próprias pernas de suas deficiências estruturais. Especialistas advertem que o modelo não superará o risco de vir a entrar em declínio industrial brevemente.

O presidente da Associação Panamazônica, Belisário Arce, acha ruim a profunda dependência da economia amazônica ZFM. "De algum modo, o modelo ZFM produziu uma apatia no ímpeto empreendedor local", disse. A Panamazônica é uma associação civil de natureza privada, sem fins lucrativos ou político-partidários, dedicada a discutir os rumos da sociedade e da economia regional.

A crítica de Arce foi legitimada pelo presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon), Marcus Evangelista. "Infelizmente a economia do Estado depende exclusivamente do setor industrial. O Estado do Amazonas tem grande potencial econômico em outros segmentos como mineral e

agro-industrial. Temos a segunda maior área demográfica do País, mas permanece economicamente inexplorada. Excluído a capital, a maioria dos interiores são economicamente subdesenvolvidos, em sua maioria, dependem exclusivamente dos repasses do Estado e dos contracheques da Prefeitura para movimentar suas economias", observa.

Ex-secretário de Planejamento do Estado, o economista Denis Minev, profeta uma visão obscura e fatalista sobre o modelo, que, em sua opinião, está entrando em um processo de decadência, como aconteceu com outras zonas industriais mundo afora. "No processo de desenvolvimento econômico, é comum que as cidades passem por esse processo, como Detroit, nos Estados Unidos; e Glasgow e Manchester, na Inglaterra. Todas elas passaram por um processo de industrialização, mas depois, quando enri-

Fatores que obstruem o desenvolvimento local

Formação de mão de obra em larga escala: não depender de profissionais de fora e oferecer boas oportunidades para a população local

Investimento em ciência e tecnologia: mais ofertas de cursos de pós-graduação, incubadoras, registro de patentes e recursos financeiros institucionais
Ampliação da infraestrutura: Portos, rodovias e se porto maior. A reforma do Aeroporto Internacional Eduar-

do Gomes é considerada limitada ao transporte de passageiros

Promover o empreendedorismo local: novas empresas e novos segmentos tomando as potencialidades naturais.

Desenvolver as zonas de processamento de exportação: melhorar a relação comercial e institucional com outros Estados do Norte e ganhar aliados na defesa do modelo.

queceram, as indústrias migraram para outros locais, fazendo as cidades entrarem em grande declínio. Glasgow tinha 800 mil habitantes, aproximadamente, e caiu para 300 mil depois disso. Isso pode acontecer com Manaus, caso não leve em conta

mais inovação tecnológica, com a nossa vocação economia que é a nossa floresta", alerta.

AGIR ANTES

Minev considera que o ideal é agir antes de acontecer um colapso. "É normal esperar que

Busca rápida

Alguns dos maiores entraves

Entre os entraves estão o transporte e a logística, assunto que será amplamente debatido na edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam), que será promovida em outubro pela Suframa, por meio de um seminário. Há falta de rodovias, os portos são insipientes e aeroporto é limitado.

somente com recursos humanos de mais qualidade é que vamos conseguir", observa.

Belisário Arce acredita que a Zona Franca deveria estar a serviço de todo o conjunto regional, de todos os estados amazônicos. "Isso, inclusive, redundaria em apoio político para o modelo de deputados e senadores dos demais estados da Amazônia. Hoje, não temos apoio de ninguém. Estamos sós e a caminho de um futuro incerto", conclui.

Economista formado em Harvard e mestre em Administração pela Universidade de Wahrton (ambas nos EUA), Minev ressalta que enquanto o processo de automatização das indústrias vai reduzindo os empregos braçais, o Estado precisa desenvolver alternativas que tirem o foco da riqueza industrial. A exemplo de criar tecnologias na área de fármacos e de madeira, a partir da nossa potência florestal, ou desenvolver o ecoturismo.

Cresce número de mestres e doutores

Quando o assunto é ciência e inovação, a palavra está franqueada ao diretor substituto do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o doutor Estevão Vicente Monteiro de Paula. Em novembro, o Inpa assinou um compromisso com a Suframa para a criação do "Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento de Bases Produtivas Sustentáveis", sob o ideário da economia verde, na Amazônia. O memorando foi assinado na presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp. "Pensamos que, sob as premissas dessa iniciativa, haverá tecnologia produtiva e insumos de bases regionais para que as empresas façam investimentos considerando as potencialidades regionais", disse.

O convênio permitirá capacitar de forma massiva mestres, doutores e engenheiros para as dinâmicas



Estevão de Paula, do Inpa, destaca convênio firmado com a Suframa

produtivas que estão previstas no programa. A Suframa tem a tutela do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que há mais de 10 anos aguarda o Governo Federal dar-lhe uma personalidade jurídica.

A falta de capacitação inclui-

ve é alvo de preocupação da Suframa que está coordenando o "Pacto da Liderança Sustentável no Amazonas", junto com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), com a colaboração permanente de instituições da área



Maria Olívia, da Fapeam, comemora investimento em pesquisa e inovação

acadêmica, empresas e entidades de classe para amenizar a crise de mão de obra qualificada nos diversos setores da economia local, principalmente da indústria.

Mas a situação já foi pior. Em 10 anos, a quantidade de doutores no

Amazonas passou de 372 para 1.728 profissionais das mais diversas especialidades técnicas: crescimento de 360%. Em 2000, havia 196 mestres envolvidos com pesquisa, tecnologia e inovação, saltando para um universo de 1.084 em 2010.

Os dados são Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). "Para uma população de 4 milhões é muito pouco. Precisamos de recursos humanos de primeiro. A Fapeam tem feito um trabalho nesse sentido com recursos limitados. Deveria investir pelo menos R\$ 100 milhões por ano nessa frente", avaliou Denis Minev.

Mesmo assim a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam) comemora injeção de R\$ 60,5 milhões para o fomento a projetos de pesquisa, tecnologia e inovação, em 2012. Nos últimos cinco anos foram R\$ 230 milhões. Sua presidente, Maria Olívia, diz que a qualificação e melhoria do capital intelectual só é possível com esforço institucional conjunto. "São necessárias ações contínuas do conjunto de atores locais (Indústrias, universidades, escolas, Institutos de pesquisa, entes de Governo, dentre outros) e apoiadas pelo Governo Federal, dentre as quais a principal é a formação em quantidade e qualidade de recursos humanos", finalizou.

Zona Franca aos olhos da população local

O modelo Zona Franca de Manaus está completando 46 anos e é o principal motor da economia do Estado. A nomenclatura é conhecida internacionalmente, assim como o desenho estilizado de uma garça em pleno voo, presente em todos os bens produzidos no POLO Industrial.

No entanto, para uma parcela expressiva da população local tanto faz que o modelo exista. Afinal, dele cultivam apenas uma visão superficial estimulada sobretudo pelas reportagens veiculadas nos meios de comunicação, jornal e televisão sobretudo.

Durante a composição deste caderno, a A CRITICA foi às ruas do Centro da cidade para conversar com cidadãos comuns e tentar decifrar a visão deles sobre a ZFM, quando então percebeu que há muito por ser feito no sentido de conectar o modelo efetivamente ao cotidiano dos amazonenses.

O mototaxista Edelton Vieira, 39, por exemplo, até tentou exibir um discurso "bonito" em relação à ZFM, mas ficou nisso. "A Zona Franca é um polo industrial que gera renda para o Estado do Amazonas", disse, sem fa-

Salba mais

>> Figuração

A ZFM é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro, em 1967, com o objetivo de viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras. Possui três braços: industrial, comercial e agropecuário.

zer referência aos outros dois braços do modelo: o comercial e o agropecuário.

Vieira já trabalhou três anos em uma grande empresa de injeção plástica do Distrito Industrial e reconheceu ainda que a ZFM permanece exercendo influência sobre a profissão atual. "As indústrias daqui produzem material que eu uso no dia-a-dia. As peças da moto, luva, capacete. Então acho que é muito importante a existência para nós da Zona Franca", emendou o mototaxista.

Já o servente Ari Júnior, 30,



José Augusto já teve uma passagem em fábricas do PIM



Edelton Vieira diz ZFM gera renda para o Amazonas



Ari Júnior destacou a importância da ZFM para o Estado



Vitório Vidal que não há Zona Franca de fato em Manaus

preferiu confessar que não conhece o modelo. Mesmo assim, como quem intuisse a importância da ZFM para a economia amazonense, fez o seguinte comentário: "A Zona Franca gera uma renda muito grande para o Estado. Ela é essencial para o desenvolvimento do Amazonas. E fico muito orgulhoso por ter algo desse nível na cidade. Podemos comprar geladeiras, televisões, e diversos outros produtos com um preço mais em conta", disse.

Para o carpinteiro José Augusto, 48, a Zona Franca de Manaus se resume ao Distrito Industrial, local por onde trabalhou nos anos 90. "Muita coisa produzida aqui gera renda para o Amazonas. Isso é bom para o crescimento", disse laconicamente o carpinteiro.

ZONA FRANCA DE FATO

Nascido em São Paulo, mas morando em Manaus há seis anos, o técnico em transações imobiliárias, Vitorio Vidal, 53, acredita que o modelo empregado no Amazonas não é uma Zona Franca de fato. "O que existem aqui são fábricas subsidiadas com isenções de impostos. Os produtos não são mais baratos, como acontece por exemplo em Margarita. Zona Franca de Manaus é só o nome. Mas é preciso reconhecer que a cidade não seria do tamanho que é, se este projeto não tivesse sido aplicado por aqui", garante.

Morando em Manaus há um mês, o carioca Anderson Souza, 23, disse que ainda não conseguiu perceber o impacto da ZFM na vida dos amazonenses. Mas que sempre ouviu boas referências sobre o projeto. "Sempre ouvir falar que aqui é um lugar onde existe bastante emprego por conta da Zona Franca", contou o estudante.

Comércio reclama apoio da Suframa

O comércio de importados já viveu seus dias de glória como um dos braços do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). Hoje, no entanto, se vira com os dividendos do Distrito Industrial. Embora o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) tenha iniciado com uma promessa de fortalecer a aliança da autarquia com o comércio local, empresários desse ramo reclamam que ainda não houve nenhum resultado que impactasse de forma direta no segmento.

Em fevereiro do ano passado, Thomaz Nogueira se reuniu com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL Manaus), Ralph Assayag, e demais representantes da entidade, na tentativa de "estreitar ainda mais as relações entre as duas instituições". O "start" foi dado, mas parou pelo meio do caminho. Segundo Assayag, esta foi a única reunião junto ao setor e ainda não existe nenhuma proposta que garanta o desenvolvimento do comércio local. Ele ressalta que a ideia original do modelo era compreender os três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário.

No próprio histórico da Su-



Comércio de importados já viveu momentos de glória na capital amazonense

frama, consta que a ascensão do primeiro se deu até o final da década de 80, enquanto, hoje, o "industrial é considerado a base de sustentação da ZFM", com aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia. "Apesar de estar dentro do chamado Estatuto da Suframa, a ideia de tra-

balhar com o comércio também, não existe nada que o beneficie diretamente", pontuou Assayag.

O presidente da CDL-Manaus avaliou que os mecanismos de fortalecimento ao comércio não são com fins diretos e se dão apenas pelo trabalho na indústria, que garante emprego e, in-



Ralph Assayag: projeto emperrou

nindo as normas para passar no controle de convênios da Suframa. Mas de lá para cá, não houve mais nada", reclamou.

INTEGRAL

Por meio de assessoria, Thomaz Nogueira disse que as parcerias com o setor acontecem por meio de projetos, como os patrocínio a ações de promoção comercial. Ele abordou que o "sucesso do setor comercial, por exemplo, depende de uma população empregada, com renda e, consequentemente, com potencial para o consumo". Desta forma, segundo ele, embora o comércio não tenha garantido os incentivos fiscais da mesma forma que as indústrias, consegue ser forte e representa uma fatia significativa na arrecadação do Estado, em virtude das 120 mil pessoas empregadas na indústria, que recebem salários em dia para gastar.

Nogueira salientou, ainda, que os próprios empregos gerados pelo comércio dependem dos outros setores produtivos. "Seria impossível para o setor prosperar sem uma atividade produtiva forte para sustentar essa massa consumidora", argumentou.

Pontos

Cronologia da Zona Franca

Primeira fase (de 1967 a 1975): em histórico elaborado pela própria Suframa, dentre os aspectos relevantes desta época está a "predominância da atividade comercial (sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumos, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e perfumes)".

Distrito Industrial: o lançamento da pedra fundamental do Distrito ocorreu em 30 de setembro de 1968.

Segunda fase (de 1975 a 1990): nesta fase, a política industrial de referência no País caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. Ainda assim, o comércio permanece como vetor dinâmico.

Terceira fase (de 1991 a 1996): o modelo ZFM foi obrigado a adaptar-se à nova política industrial de referência do País. Com isso, as características do modelo apontaram para a "perda de relevância do comércio, que deixou de ter a exclusividade das importações como vantagem comparativa".

Fase atual: as principais atenções do modelo estão direcionadas ao setor industrial, como a definição de Processos Produtivos Básicos (PPBs).

Torneira foi fechada

Manaus cresceu em ritmo frenético desde a instalação da Zona Franca. O número de habitantes saltou de 300 mil para 2 milhões em 46 anos e os serviços e infraestrutura da cidade foram se ampliando, na "onda" desse modelo de desenvolvimento econômico, animado por capital e tecnologia estrangeiros.

Já o interior do Estado não pode comemorar as mesmas benesses. Com uma reduzida capacidade de investimentos, dependentes basicamente dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), boa parte dos 62 municípios amazonenses ainda enfrenta problemas básicos e dificuldades na hora de obter recursos para desenvolver indústria, comércio, turismo, pesquisa e outros setores da economia.

A realidade poderia ser bem diferente se o interior tivesse um acesso maior aos dividendos gerados pela Zona Franca de Manaus.

A situação que já era difícil, ficou ainda mais complicada nos últimos dois anos, quando a Superintendência da Zona Franca

de Manaus (Suframa) "fechou a torneira" e deixou de financiar recursos no interior do Amazonas e no restante da sua área de atuação (Amazônia Ocidental e Macapá/Santana no Amapá). Todos os convênios firmados nos últimos dois anos foram com recursos oriundos de Emendas Parlamentares.

Para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo, entre 2002 e 2012, a Superintendência aplicou cerca de R\$ 670 milhões de seus recursos na sua área de atuação. Estes recursos são oriundos de taxas de prestação de serviços que a autarquia cobra das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais do modelo ZFM, e deveriam ser usados em parcerias com governos estaduais e municipais.

AGENDA

Apesar de a Superintendência não se posicionar oficialmente (devido a agenda corrida, o superintendente Thomaz Nogueira não pode atender a reportagem até o fechamento da edição), o

contingenciamento dos recursos da Suframa pelo Governo Federal é apontado no meio político como o grande responsável pelo fim dos convênios com as prefeituras do interior do Estado.

O Governo Federal contingencia as verbas da Suframa - oriundas de taxas cobradas pelos serviços que a autarquia presta - para compor o superávit primário e garantir o pagamento da dívida pública. No ano passado, a União "segurou" cerca de 309 milhões da Suframa, o que correspondeu à mais de 60% do orçamento previsto para a autarquia. Apesar das manifestações do Governo Estadual e da bancada federal do Amazonas não há previsão de melhora deste cenário para 2013.

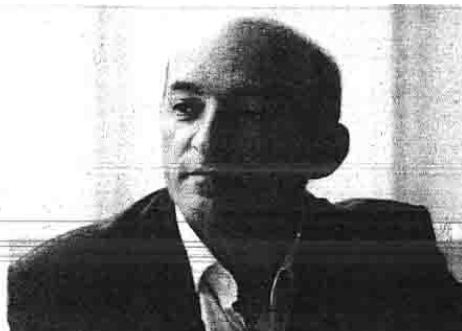
Um dos meios possíveis para o estabelecimento de convênios entre municípios e entidades sem fins lucrativos com o Governo Federal é através do cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SI-CONV). As informações podem ser obtidas no site www.convênios.gov.br.

Torneira foi fechada (continuação)

Entrevista > Jair Souto

'Foi muito ruim para os municípios'

Presidente da AAM **Jair Souto** admite que falta de recursos é ruim, independentemente da fonte da qual eles provenham.



precisa ser imediata é a efetivação da ampliação da Zona Franca industrial para os municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM) com o seu parque fabril gerando os empregos e renda necessários para o desenvolvimento descentralizado que hoje faz de Manaus uma cidade-Estado.

A Associação Amazonense dos Municípios tem feito alguma ação para que os projetos do interior recebam repasses, seja da Suframa ou de emendas parlamentares?

O presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Jair Souto, diz que conhece vários investimentos realizados pelas Suframa em parceria com as prefeituras do interior do Estado e destaca dois deles como sendo os mais importantes: projetos de desenvolvimento sustentável e formação de mão de obra. Diz que a ausência de novos investimentos por parte da autarquia impacta de modo ruim, claro, como ocorre com qualquer outra fonte da qual os municípios param de receber recursos financeiros. Souto diz que é uma preocupação da AAM e uma cobrança permanente juntos às auto-

ridades e políticos da bancada federal do Amazonas a liberação por repasses. Confirma a seguir a entrevista concedida via e-mail, pois ontem Souto estava em Brasília e não pode atender por telefone a reportagem.

O senhor conhece algum projeto financiado pela Suframa no interior do Estado que deu certo e permanece ativo?

Existem vários, mas destaco dois tipos de investimentos que foram bem aplicados em setores estratégicos que é o desenvolvimento sustentável e a formação de mão-de-obra; o primeiro do município de Manauquiri com a compra de máqui-

nas (trator) e equipamentos agrícolas que estão sendo utilizados na agricultura familiar sustentável de muitas famílias, e o outro em Itacoatiara, a escola de formação de técnicos para a indústria de móveis em parceria com a igreja católica.

O contingenciamento de verbas por parte do Governo Federal é o principal "culpado" nesse processo?

O impacto é o mesmo de qualquer falta de recursos, independentemente da fonte. O contingenciamento de verbas deve ter os seus motivos econômicos, mas para os municípios foi muito ruim sobretudo pela escassez de investimentos privados

Frase



"Uma resposta que precisa ser imediata é a efetivação da ampliação da Zona Franca industrial para os municípios da Região Metropolitana."

no interior do Estado.

Quais as principais necessidades dos municípios do interior que poderiam ser supridas com este retorno do investimento?

A esperança é sempre grande nesse sentido. As necessidades são enormes em quase todas as áreas infraestruturais e estratégicas para o crescimento. A questão da energia, por exemplo, é fundamental por se tratar de um insumo básico para qualquer atividade que gere emprego e renda para a população interiorana. Na logística, então, nem se fala. Somos efetivamente muito carentes. Uma resposta que

Faz parte da pauta permanente da Associação dos Municípios a liberação desses repasses. Em todas as marchas de prefeitos à Brasília, desde o governo Lula, tem sido feita essas reivindicações. A bancada do Amazonas é testemunha de todo o nosso esforço. Agora mesmo em janeiro, no primeiro encontro nacional de prefeitos e prefeitas com o Governo Federal foi apresentada uma carta com a lista de nossas maiores necessidades. Quanto às emendas individuais ou de bancada, temos conseguido importantes vitórias, com destaque para as emendas destinadas ao problema das cheias e aos projetos de aterros sanitários.

Do coração da Amazônia para o dia a dia do Brasil.

Em cada pedaço do Brasil tem um pouco da Zona Franca de Manaus. Hoje, produtos que estão presentes no dia a dia de todos os brasileiros são fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Quando você utiliza caneta, barbeador e relógio, interage com celulares, smartphones, videogames, notebooks e tablets, ou quando usa o microondas, ar condicionado, bicicleta, motos e televisores nacionais você está se beneficiando de um produto fabricado no coração da Amazônia.

A qualidade, a tecnologia de ponta e o preço competitivo dos produtos fabricados no PIM possibilitam ao nosso País substituir importações e fortalecer a indústria nacional.

Além disso, para que cheguem aos lares brasileiros, há toda uma cadeia de serviços de transportes que geram milhares de empregos e contribuem para a ocupação na atividade comercial nos mais de 5 mil municípios brasileiros.

É a força da indústria brasileira fabricando, no Polo Industrial de Manaus, produtos que você e o Brasil precisam.



FIM 2013
Passo para o futuro
27 a 30
de Novembro

facebook.com/suframa
twitter.com/suframa
www.suframa.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Coca - Cola



**46 ANOS
INVESTINDO NO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E NA
TRANSFORMAÇÃO
DE VIDAS.**

Parabéns, Suframa,
por construir uma Manaus
cada vez mais forte.

Proteção ambiental,
capacitação tecnológica
e diversos outros
investimentos.

A Coca-Cola Brasil e
o Grupo Simões sentem muito
orgulho de ser grandes
parceiros da Suframa e ajudar
a transformar positivamente
a vida de milhares de pessoas.

Coca-Cola Brasil
www.cocacolabrasil.com.br



GRUPO SIMÕES

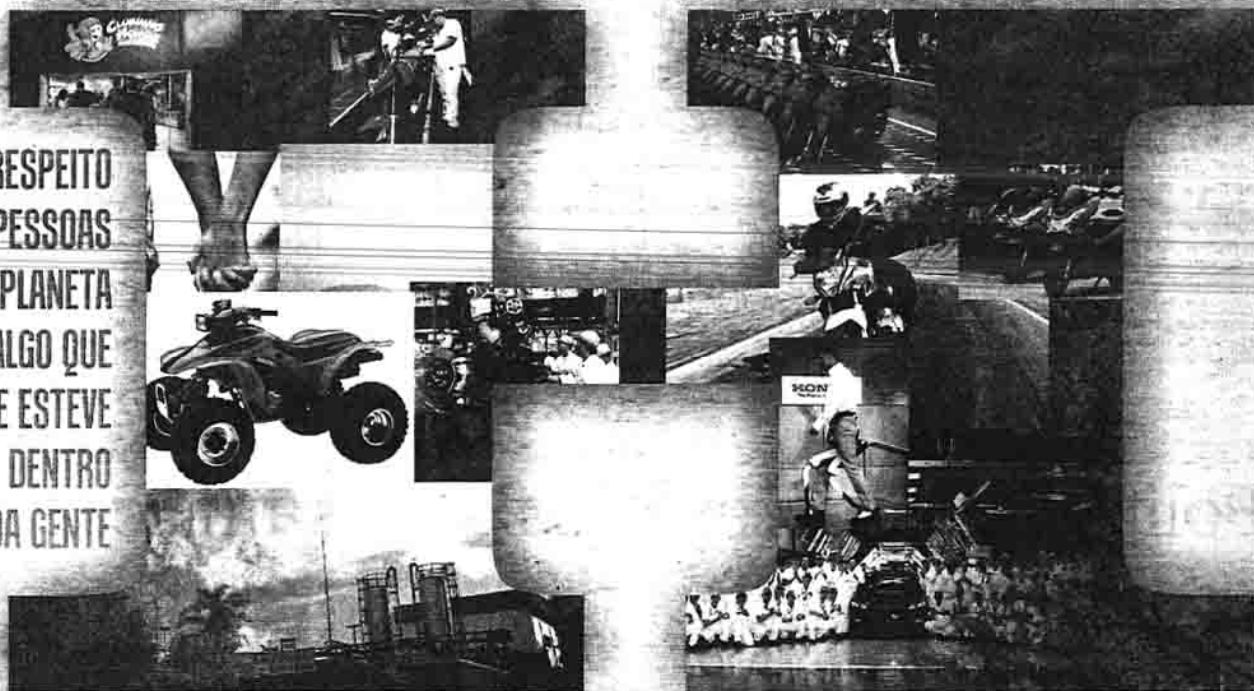
HONDA

Homenagem Moto Honda da Amazônia Ltda

SUFRAMA ^{46 anos}

Desenvolvimento e integração na Amazônia

O RESPEITO
PELAS PESSOAS
E PELO PLANETA
É ALGO QUE
SEMPRE ESTEVE
DENTRO
DA GENTE



Para a Honda, responsabilidade socioambiental não é um modismo. É filosofia.

Que outra empresa alteraria todo o sistema de pintura de seus carros e motos para reduzir a emissão de poluentes e manteria quase mil hectares de reservas ambientais pelo Brasil? Ou pesquisaria tanto para criar a primeira moto flex do mundo ou o primeiro carro movido a hidrogênio?

O compromisso da Honda com o bem estar das pessoas vai além dos produtos. E se manifesta de várias maneiras pelo mundo, seja em programas de educação no trânsito, no apoio a crianças com câncer, na distribuição de ingressos de cinema para comunidades carentes ou no desenvolvimento de robôs que auxiliam pessoas com dificuldade de locomoção. É assim, acreditando na força dos sonhos, que a Honda exerce seu papel transformador na sociedade. Honda. Transportando você para um mundo melhor.

HONDA
The Power of Dreams